

# Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2019

# Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
162	<p>Investigação científica nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Máximo Purificação. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-718-5 DOI 10.22533/at.ed.185191710</p> <p>1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

O livro *Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*, tem por objetivo alargar o diálogo entre pesquisadores e difundir trabalhos desenvolvidos nessas áreas do conhecimento.

Uma obra constituída de 29 artigos, de autores e instituições de diferentes regiões do país que abordam temas diversos e perpassam com maestria importantes discussões das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse sentido, este livro está organizado em duas seções. A primeira composta por 15 artigos que versam sobre as Ciências Humanas estabelecendo liames com temas como: arte, didática, ensino, formação de professores, política educacionais, evasão escolar, fracasso escolar, entre outros.

A segunda seção composta por 14 artigos, estabelece uma relação dialógica com temas interdisciplinares discutidos a partir da lupa das Ciências Sociais Aplicadas e das condições humanas na perspectiva social, a saber: instituições sociais, organizações, inclusão social, desenvolvimento sustentável, bem-estar, tecnologias, dentre outros.

Nos artigos desta coletânea, o leitor poderá identificar que os autores lançam diferentes olhares sobre temas que são amplamente discutidos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, numa linguagem acessível, deixando perceber o gosto e o valor da atitude de pesquisar.

Esperamos que a aproximação das temáticas dos artigos com os contextos sociais e com as relações do cotidiano, possa inspirar você leitor/a à reflexão, no intuito de compreender seus contextos, (inter)agir sobre os mesmos.

Uma excelente leitura!

Marcelo Máximo Purificação

## SUMÁRIO

### PARTE I – CIÊNCIAS HUMANAS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ARTE NÃO TRADUZ O VISÍVEL, MAS TORNA VISÍVEL	
Aline do Carmo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A DIDÁTICA DESENVOLVIDA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONTRIBUI PARA A QUALIFICAÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS	
Leandro Moreira Maciel	
Maria Laura Brenner de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR PARA ALUNOS EM TRATAMENTO INTENSIVO	
Julia Pereira	
Luciane Madeira Motta Tavares	
Terezinha Richartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO EM CONFLITOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS	
Manfred Toninger	
Andreia Cristiane Silva Wiezzel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS COM A LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	
Ana Carolina Batista	
Gisele Kühn Haddad	
João Derli de Souza Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
ESTUDO SOBRE ERGONOMIA APLICADA AO DESIGN DE VESTUÁRIO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADE SENSORIAL	
Raysa Ruschel Soares	
Lívia Accioly Menezes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917106</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA ESCOLA JOSÉ PIO DE SANTANA IPAMERI GOIÁS (2016)	
Maira Aparecida Brandão de Freitas Marilena Julimar Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917107</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	
Débora da Costa Pereira Fábio André Hahn Marcos Clair Bovo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC: CULTURA VIRTUAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Amanda de Jesus Oliveira Santos Xavier Luciana Nogueira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>106</b>
O SUJEITO E O OBJETO DO FRACASSO ESCOLAR: CULPA DE MUITOS, RESPONSABILIDADE DE POUCOS	
Débora Nogueira de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>117</b>
O TRATAMENTO DADO PELAS ESCOLAS AOS ALUNOS ORIUNDOS DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS	
Camila Aparecida Tavares Terezinha Richartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>127</b>
PROMOVENDO O EMPODERAMENTO DA LÍNGUA INGLESA E DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Albene Cássia Dantas Gama Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
SEMIÓTICA DISCURSIVA NA ANÁLISE DE UM CARTAZ DO VESTIBULAR DA UEG: A QUESTÃO DO SENTIDO	
Jorge Lucas Marcelo dos Santos Maria Eugênia Curado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171013</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL MANIPULÁVEL NO ENSINO DE PRISMAS RETOS	
Nayara Borges de Oliveira Corrêa	
Rosemeire Terezinha da Silva	
Robson Lopes Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES QUE SE ABREM NO ATO DE EDUCAR COM A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIAS ATIVAS	
Lucimara Glap	
Luiz Edemir Taborda	
Luana Eveline Tramontin	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
Antonio Carlos Frasson	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171015</b>	
<b>PARTE II – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
A GRAMÁTICA EMOCIONAL DO ENVELHECIMENTO E AS DISPOSIÇÕES SOCIAIS DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	
Angela Elizabeth Ferreira de Assis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS NA MELHORA DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA COM CÂNCER	
Daniele Taina de Melo França	
Luís Sérgio Sardinha	
Valdir de Aquino Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171017</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
A IMPORTÂNCIA DO BIG DATA NAS ORGANIZAÇÕES	
Yasmin Teles Dos Santos	
Elisabete Tomomi Kowata	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171018</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>206</b>
A OBSERVAÇÃO RELACIONAL COMO TÉCNICA DE PESQUISA SOCIAL	
Nildo Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171019</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>219</b>
AS CONCEPÇÕES DE ALMA EM AVICENA E O QUE SE SUCEDE DO “EXPERIMENTO MENTAL DO HOMEM SUSPENSO NO AR”	
Jonathan Alvarenga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171020</b>	



<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>230</b>
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM HANSENÍASE E PERCEPÇÕES DE SEUS FAMILIARES	
Luana Nepomuceno Gondim Costa Lima Carina Cavalcanti Nogueira Lopez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171021</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>239</b>
DIREITO E ARTE: A PERFORMANCE <i>RHYTHM 0</i> DE MARINA ABRAMOVIC E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA VIDA	
Yohana Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171022</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>251</b>
INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SOCIAL – O CASO DO FESTIVAL ROTA DOS SABORES EM CORONEL FABRICIANO (MG)	
Betinna Almeida de Tassis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171023</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>258</b>
LEMBRANÇAS DE DONA ZITA: UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE VIDA	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171024</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>270</b>
MEMÓRIAS DOS ADULTOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS RIO GENIPAÚBA ABAETETUBA PARÁ: MOTIVOS QUE CULMINARAM PARA INTERRUPTÃO DOS ESTUDOS NO PASSADO E PERSPECTIVAS DE RETORNO NO PRESENTE	
Thiago Maciel Vilhena Raiane Ribeiro Cardoso Francilene Farias Valente Ana Marcia Gonzaga Rocha Marlea de Nazaré Sobrinho Costa Holdamir Martins Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171025</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>283</b>
O CONCEITO DE IDEOLOGIA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	
Abigail Ferreira Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171026</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>291</b>
O USO DA ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS EM DISSERTAÇÕES DA ENFERMAGEM	
Cristiane Lopes Amarijo Aline Belletti Figueira Alex Sandra Ávila Minasi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171027</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>299</b>
PROJETAR PARA O BEM-ESTAR: BREVE ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS PESSOAS COM OS BENS MATERIAIS	
Maria Carolina Frohlich Fillmann Ulisses Filemon Leite Caetano Jéssica Collet	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171028</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>317</b>
REFLEXÕES SOBRE O CONSUMO DE ARTESANATO NA INTERNET	
Nicole Rochele Cardoso Brancher	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171029</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>329</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>330</b>

## A OBSERVAÇÃO RELACIONAL COMO TÉCNICA DE PESQUISA SOCIAL

**Nildo Viana**

A investigação nas ciências humanas se depara, constantemente, com o problema dos métodos e das técnicas de pesquisa. No último caso, há uma grande extensão de técnicas de pesquisa e uma variedade grande de formas assumidas por algumas delas, como a entrevista, por exemplo. Nesse sentido, é importante a produção de reflexões sobre as mais variadas técnicas de pesquisa e suas variações. O nosso objetivo aqui é apresentar uma reflexão sobre a observação relacional, que pode ser considerada uma variação da técnica de pesquisa chamada “observação”. Neste contexto, pretendemos colocar que a observação relacional é distinta de outras formas de observação e sua forma específica, bem como explicitar como ela pode contribuir com a investigação no âmbito das ciências humanas.

### OS PRESSUPOSTOS DA OBSERVAÇÃO RELACIONAL

A observação relacional é uma técnica de pesquisa pouco discutida, por ser bastante recente (VIANA, 2015). A razão de ser da observação relacional se origina nas debilidades e limites das demais formas de

observação. Isso se deve ao fato de que a observação relacional ser intimamente vinculada ao método dialético e ao materialismo histórico, o que torna as demais formas de observação inapropriadas sem alterações e adaptações. Contudo, a observação relacional não é apenas uma alteração e adaptação das demais formas de observação, pois sua base teórico-metodológica é distinta e é o que gera as demais diferenças. Nesse sentido, antes de definir o que é observação relacional é útil explicitar o seu vínculo com o método dialético e materialismo histórico.

A observação relacional se difere, inicialmente, por seus pressupostos, que são antagônicos ao objetivismo e ao subjetivismo, bem como sua teoria da realidade e teoria da consciência, além do seu vínculo analítico com a radicalidade, historicidade e totalidade. O objetivismo, em sua definição mais simples, é a concepção segundo a qual existe uma realidade objetiva, independentemente do observador, e que, se este for “objetivo”, poderá captá-la exatamente como ela é. Para o método dialético, existe uma realidade que é independente da vontade e consciência do observador, mas que o acesso a ela é mediado pelas relações sociais e pela cultura, bem como é dependente do indivíduo e sua posição

na sociedade. Ou seja, a solução objetivista é a neutralidade e uso de métodos e técnicas que retire o aspecto subjetivo da pesquisa. A solução dialética aponta para a impossibilidade da neutralidade e da existência de métodos e técnicas “objetivas”.

Isso pressupõe uma crítica da ideologia da neutralidade. Marx já havia colocado que as ideias, as representações, a moral, a religião, etc., são produtos históricos e sociais e, mais do que isso, são perpassados por interesses, valores, que também são históricos e sociais, bem como vinculados a classes sociais (MARX; ENGELS, 1982). Não pode existir uma interpretação da realidade (nem mesmo no âmbito das ciências naturais) desvinculada de interesses e valores. Assim, embora a realidade exista e seja independente do observador, ela não é meramente “observada”. O observador não é um indivíduo sem interesses e valores, sem ideias e concepções geradas histórica e socialmente.

De qualquer forma, esse é um falso problema. A questão não é a existência de interesses e valores, ou então de uma cultura anterior que realiza uma mediação entre o observador e a realidade e sim quais são os interesses e valores, bem como cultura, que serve de base para o observador realizar a observação (VIANA, 2007a). Isso significa que a concepção dialética nada tem de relativista. Os interesses e valores podem apontar para o compromisso com a verdade ou compromisso com a inverdade. E isso remete novamente ao social. As classes dominantes na história não possuem o interesse na verdade, nem as classes auxiliares e aqueles que reproduzem os interesses e valores de tais classes. Assim, interesses e valores, se expressando o compromisso com a verdade, com a transformação radical e total do conjunto das relações sociais (pois aqueles que estão integrados e atrelados à sociedade atual não possuem a capacidade crítica e a radicalidade necessária para enxergar sua historicidade e características desumanizadoras), o que significa se vincular ao proletariado, compreendido como classe revolucionária de nossa época<sup>1</sup>.

O subjetivismo, em sua definição mais simples, é a concepção segundo a qual o “sujeito” (que aparece como um ente abstratificado<sup>2</sup>, que pode ser o indivíduo, o grupo, a sociedade como um todo) é a fonte do saber e não a realidade. Segundo Hessen, “o subjetivismo, como seu nome já indica, restringe a validade da verdade ao sujeito que conhece e que julga. Este pode ser tanto o sujeito individual ou indivíduo humano quanto o sujeito genérico ou o gênero humano” (2000, p. 28). Para uma concepção dialética, o subjetivismo é uma concepção reducionista e limitada, pois reduz o saber

---

1 Há uma longa discussão a este respeito e Marx foi o autor que iniciou a percepção desse processo (MARX, 1968) e depois dele, Korsch (1977), o jovem Lukács (1989), entre outros desenvolveram numa análise dialética do processo de formação social da consciência.

2 Abstratificar significa tornar algo um “abstractum”, entendido aqui como uma constituição mental deslocada da realidade, ou seja, transformar um ser em algo metafísico. Assim, abstratificação é diferente de abstração, pois a primeira é um processo que retira o ser (indivíduo, fenômeno, etc.) da realidade (retira o ser social da história e relações sociais, por exemplo), enquanto que a segunda, no sentido dialético, apenas focaliza uma parte da realidade, sem desligá-la da totalidade na qual está inserida. Essa distinção pode ser vista em Marx (1983), quando usa abstração num sentido negativo (abstração metafísica) e num sentido positivo (abstração dialética), o que nem sempre é percebido (VIANA, 2007b). Nesse caso, a abstratificação seria uma abstração metafísica.

ao sujeito, mas este é algo abstratificado. No subjetivismo contemporâneo, ele é materializado em grupos sociais, indivíduos, que são, novamente, abstratificados. Isso, obviamente, gera uma primazia do “sujeito” e desconsideração da realidade concreta (muitas vezes acompanhada por uma recusa da sua força em relação ao saber ou mesmo sua inexistência, ou, ainda, a impossibilidade de ter uma consciência correta dela).

Assim, a observação relacional parte do princípio dialético que tanto o observador quanto o que é observado são relacionais. Eles só existem como observadores e observados na relação entre ambos. O observador não pode observar o que não existe, bem como um fenômeno não pode ser observado a não ser por um observador. O saber constituído é como a observação, ou seja, o ato do observador em relação ao observado. Logo, na concepção dialética, não há como cair no subjetivismo nem no objetivismo, que não passam de antinomias do pensamento burguês (VIANA, 2018).

Isso remete a outros dois aspectos que são pressupostos da observação relacional, que é a teoria da realidade e a teoria da consciência. Contudo, essa é uma questão extensa e que só poderemos sintetizar brevemente. A realidade, na concepção dialética, é concreta. O concreto, como categoria do pensamento, remete para as categorias de determinação, historicidade e totalidade (MARX, 1983). O real é histórico, não pode ser retirado da história. Ele também é uma totalidade, mesmo que seja um fenômeno particular, pois ele é composto por partes, e, além disso, está inserido numa totalidade mais amplas, rica em relações e determinações. Por fim, o real é determinado, ou seja, e, sendo a realidade social, é um produto histórico e social (VIANA, 2007a).

A consciência, por sua vez, é o indivíduo, ser humano singular, histórico-concreto, consciente. A consciência, como é algo real, é histórica, determinada, bem como é uma totalidade (inserida em uma totalidade mais ampla). Os indivíduos que desenvolvem sua consciência, são seres sociais, históricos, determinados. Logo, a consciência individual é uma produção social, bem como a consciência social. Não é possível compreender a consciência humana fora da sociedade. E a sociedade como fenômeno concreta é histórica, assumiu várias formas e se desenvolveu, bem como, em certas sociedades, é perpassada pela divisão de classes, o que gera distintos interesses e valores, e gera formas distintas de consciência. Inclusive, a consciência é parte da realidade social e logo, atua sobre ela, sendo uma de suas determinações (KORSCH, 1977).

Uma coisa, no entanto, é a consciência em geral, que assume inúmeras formas e conteúdos, mas outra coisa é a consciência correta da realidade, ou seja, o momento em que a consciência coincide com a realidade. Isto foi denominado por alguns como verdade. A consciência pode ser ilusória ou verdadeira. A consciência verdadeira pode ser parcialmente verdadeira ou globalmente verdadeira. No primeiro caso, temos as representações cotidianas verdadeiras<sup>3</sup> e, no segundo caso, a teoria. A teoria é um

3 Sobre as representações cotidianas e suas formas, características, entre outros elementos,

saber complexo e totalizante, o que significa que abarca uma percepção de conjunto, com fundamentação e embasamento em método e reflexão mais desenvolvida, que expressa (e explica) a realidade através de um conjunto de conceitos.

Essa breve discussão sobre realidade e consciência é importante para o passo seguinte, que é retomar a observação relacional. A observação relacional é realizada tendo essa teoria da realidade como pressuposto, bem como essa teoria da consciência. Por conseguinte, o observador relacional focaliza um determinado fenômeno (tal como apontaremos a seguir) sem realizar o seu isolamento, pois aborda as suas relações, o que remete para determinações, história, sociedade. Esse é um pressuposto que existe antes, durante e depois da observação. O observador já sabe, antes de realizar a observação, que o fenômeno observado tem história, é uma totalidade inserida em outra totalidade, é determinado. O que ele deve descobrir é qual é sua relação com a história em geral, sua história em particular, seus elementos constitutivos, suas determinações, a sua inserção num contexto mais amplo, etc.

Da mesma forma, o observador sabe que sua observação é realizada a partir de uma determinada forma de conceber o real e a consciência (própria e alheia) e que por isso ele não pode confundir sua consciência com as dos indivíduos que podem estar envolvidos em sua observação ou fenômeno observado. É preciso, no processo de observação, entender o contexto, as relações, as funções, mas também saber que as interpretações, interesses, valores, etc., dos indivíduos variam e não podem ser tomadas como homogêneas. Os indivíduos possuem sua personalidade (singularidade psíquica), seu processo histórico de vida que gera distintos valores, concepções, sentimentos, etc., e por isso é necessário evitar os riscos da simplificação e do reducionismo. A compreensão do contexto, a totalidade, é fundamental, mas é preciso também compreender a historicidade, as particularidades e especificidades, bem como os indivíduos envolvidos nesse processo.

Além disso, há a teoria, ou seja, o observador deve conhecer a realidade mais ampla que observa e que é uma totalidade maior. Um mendigo não consegue observar a totalidade das relações sociais e por isso sua relação com a realidade é limitada, sua consciência é limitada. Um pesquisador, por sua vez, não possui a experiência pessoal do mendigo, mas possui um conjunto de informações, interpretações, sobre sua situação, bem como não possui uma compreensão mais ampla da sociedade em que vive, de sua formação histórica, de suas contradições, entre milhares de outros elementos. Ele tem um saber amplo sobre si mesmo, sua história, etc., mas geralmente não tem grande reflexão sobre isso e nem os recursos intelectuais para uma análise mais ampla (como teria, por exemplo, um psicólogo, um psicanalista, etc.) de sua mente ou mesmo de sua vida em geral. Logo, a percepção da realidade do mendigo é limitada, o que é derivado de suas relações sociais limitadas<sup>4</sup>. Isso significa que o

---

veja: Viana (2008); Viana (2015); Marques (2018). As representações cotidianas são o que geralmente se denomina “senso comum”, “conhecimento cotidiano”, “saber popular”, etc.

4 Marx explica as representações cotidianas ilusórias pela limitação das relações sociais (MARX; ENGELS, 1982).

observador relacional faz a observação a partir de sua formação teórica e a teoria lhe permite realizar a seleção do que é mais importante observar, entender relações estabelecidas, entre outros processos.

Assim, podemos colocar que a observação relacional se difere de outras formas de observação por causa de seus pressupostos, que geram outras diferenças (que são suas características e serão abordadas adiante). A observação relacional tem como pressuposto a recusa do objetivismo e subjetivismo, derivados de produções ideológicas, uma teoria da realidade, uma teoria da consciência, e a necessidade de que o observador tenha uma teoria sobre o contexto que vai analisar. Assim, o observador relacional não se ilude com uma suposta “realidade objetiva” que caberia apenas “captar”, nem com uma ideia subjetivista ao seu respeito ou ao respeito dos demais indivíduos, entende a realidade como algo histórico, social, determinado, além de ter pesquisado e refletido sobre o contexto que pesquisará<sup>5</sup>.

## O QUE É OBSERVAÇÃO RELACIONAL?

A observação relacional difere das demais formas de observação por causa de seus pressupostos, como afirmamos acima, mas também por suas características próprias. Não poderemos aqui discutir as diversas formas de observação, mas tão-somente apontar sua existência. Existem autores que abordam as várias formas de observação (PERETZ, 2000), bem como obras que discutem ou explicam formas específicas (MALINOWSKI, 1978). Também existem manuais que tratam da questão da observação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998; MARCONI; LAKATOS, 1982). Os manuais, no entanto, são geralmente (o que não significa que não existam exceções), problemáticos. A confusão entre observação e outras técnicas de pesquisa é o mais comum, o que, em muitos casos, é derivado de uma conceituação muito ampla do termo “observação”. Por isso é fundamental definir observação para, posteriormente, abordarmos sua forma relacional.

Não é difícil encontrar a definição segundo a qual a observação é o “ato de observar”. Mas não existe muita clareza, nem nos dicionários, nem nas representações cotidianas, sobre o que significa exatamente “observar”. A palavra observar pode significar “espionar” (ou, “espiar”, quer dizer, olhar, geralmente num sentido indiscreto), seguir regras (“observar as leis de trânsito”), olhar atentamente, constatar, etc. Desses sentidos comuns da palavra, o mais próximo do que é usado na pesquisa social é “olhar atentamente”. Partindo destes elementos, podemos chegar a uma definição mais adequada. Observar pode ser entendido mais adequadamente como olhar atentamente algo. A observação, por conseguinte, significa o ato de olhar

<sup>5</sup> Um exemplo poderá esclarecer esse aspecto, que será mais desenvolvido adiante, que é o uso da teoria no processo de observação relacional. Se o fenômeno a ser observado é, por exemplo, um partido político, então o observador deve ter pesquisado sobre partidos políticos. E se for uma pesquisa sobre dissidência nos partidos políticos, então o acesso a teoria dos partidos políticos é necessário. Nesse caso, observará indivíduos, falas, ações, no interior de uma instituição que já sabe vários aspectos, como objetivos, funcionamento, história, etc.

atentamente algo. Nesse sentido, todo mundo observa o tempo todo. Nesse caso, trata-se de observação ordinária.

A pesquisa social não trabalha com observação ordinária. O motivo disso é que ela é esporádica, sem reflexão, sem objetivos definidos, sem rigor, etc. A observação ordinária pode até servir como fonte de informações específicas, mas não como técnica de pesquisa. Assim, podemos dizer que a observação ordinária pode ser integrada na observação relacional, como fonte de informações específicas. Por exemplo, um pesquisador que realiza uma pesquisa no partido político X através da observação relacional, pode observar, ordinariamente, um elemento que não tinha relação com seus objetivos. Numa pesquisa posterior, ele pode recordar tal observação e o que foi recordado pode ser informação para os objetivos da nova investigação. Esse é mesmo caso que um transeunte vê um assalto e observa a placa do carro dos assaltantes e depois informa a polícia o seu número. É uma informação, verdadeira e útil. Porém, também pode ser limitada, se o número estiver errado ou se não recordar todos.

A observação relacional é o ato de olhar atentamente um fenômeno (indivíduo, acontecimento, grupo social, organização, relações interindividuais, relações sociais, etc.) com o objetivo de o expressar fidedignamente através da percepção de suas relações. Portanto, se um pesquisador vai a uma manifestação estudantil (o fenômeno que se busca olhar atentamente) e seu objetivo é expressar fidedignamente as divergências internas (objetivo da pesquisa), ele não irá isolar uma contenda, os cartazes, etc. Se ele observa apenas os cartazes, por exemplo, poderá concluir, se todos eles apontam para uma recusa de uma política governamental específica, que não existe divergência. É aí que o domínio teórico-metodológico e a compreensão das relações permitem ir além da aparência do fenômeno. Todos os cartazes são contra a referida política governamental, mas alguns apontam elementos complementares, como, por exemplo, “nova constituição”, outro pode colocar “novas eleições”, e, alguns, ainda, “revolução”. Embora a manifestação e os cartazes em geral apontem para uma recusa de uma determinada política governamental, o que daria a impressão de não-divergência, os complementos mostram que a forma como fazem isso é diferente e isso revela divergência, que pode até parecer secundária, mas é apenas naquele contexto. Ou mesmo se todos os cartazes manifestarem apenas o repúdio à determinada política governamental, mas as formas de participar, os subgrupos existentes, etc., mostram as divergências. Muitos observadores não perceberiam isso. Porém, quem trabalha com a observação relacional (e mesmo outras formas de observação), percebe as divergências<sup>6</sup>.

6 Claro que isso depende também de quem é o observador, pois mesmo que queira trabalhar com a observação relacional, pode ter dificuldades, derivadas de sua idiosincrasia, em efetivar isso. Isso depende, no caso da observação relacional, do seu domínio teórico-metodológico. Se ele tem pelo menos noção do que significa anarquismo, maoísmo, autonomismo, etc., poderá compreender as divergências. Mas se é apenas uma noção e não tiver um saber um pouco mais desenvolvido, poderá não perceber certas sutilezas. Por exemplo, num mesmo grupo, ainda seguindo o mesmo exemplo, que reúne anarquistas, pode ter divergências, pois se uniram nesse contexto, mas são de tendências diferentes. Para quem não conhece as diferentes correntes anarquistas e suas diferenças, incluindo as



A observação relacional pode ser espontânea ou planejada. A *observação relacional espontânea* é aquela na qual o fenômeno é observado atentamente com a finalidade de expressá-lo fidedignamente a partir de suas relações. Assim, temos aqui a base teórico-metodológica, o problema de pesquisa, o objetivo, entre outros elementos, que difere a observação relacional espontânea da observação ordinária. Porém, o mais adequado é o uso da observação relacional planejada. Esta tem a vantagem do planejamento da própria observação e assim garantir uma maior quantidade de informações, bem como menor possibilidade de perda das informações. Isso ocorre através do *plano de observação, realização da observação, caderno de notas e síntese observacional*. A observação relacional espontânea tem como ponto de partida a base teórico-metodológica, problema e objetivo, como antecedente da observação. A observação, em si, é realizada de forma mais flexível e menos formal. O observador pode também fazer anotações e síntese observacional, o que depende de sua decisão. A observação relacional espontânea pode ocorrer sem a existência de um problema e objetivo, pois ela pode anteceder esse estágio da pesquisa, mas só existe se o pesquisador tiver a base teórico-metodológica necessária. Caso não tenha estes elementos (base teórico-metodológica, problema, objetivo), então trata-se de observação ordinária, que pode até ser fonte de informações, mas para coisas bem específicas. Vamos focalizar, a partir de agora, a observação relacional planejada, pois é esta que traz mais elementos para reflexão.

A *observação relacional planejada* tem alguns elementos constitutivos e é efetivada em momentos distintos. O primeiro passo é a definição do fenômeno a ser pesquisado e elementos derivados (problema de pesquisa, referencial teórico, etc.), além da base teórico-metodológica mais ampla, que constituem seus pressupostos. Após isso se inicia o processo de observação relacional. O primeiro momento é a preparação, que gera um *plano de observação*. O plano de observação são algumas anotações nos quais o pesquisador desenvolve um planejamento (dias, horários, locais, situações, etc.) relativo ao processo observacional. Se o pesquisador vai analisar uma aula de um professor, a partir dos objetivos e problematização levantados, então precisa elaborar o plano e neste estabelecer se irá assistir todas as aulas ou apenas algumas (e quais, nesse caso, o que pode ser definido por importância dos temas das aulas, por disponibilidade do observador, etc.), se focalizará a questão didática ou o conteúdo, ou, ainda relação com os alunos, etc. O plano de observação, que não é rígido, pois a observação concreta pode alterar o plano e em certos casos isso ocorre de forma ampla, aponta para a definição da dimensão temporal e espacial, bem como a delimitação do foco, além de outros detalhes, sendo que alguns podem variar dependendo da pesquisa, fenômeno, objetivos, etc.

O segundo momento é a observação em si mesma. Este é o momento que o observador se encontra com o fenômeno observado. Se é uma comunidade,

---

contemporâneas, é mais difícil compreender as divergências do que quem tem maior formação e saber sobre isso.

uma escola, um sindicato, entre outras possibilidades, ele irá até o local realizar a observação. Nesse momento, a atenção se torna fundamental e o foco no objetivo e outros elementos da pesquisa. O observador deve se atentar para não haver distração. A observação, no entanto, difere da concepção objetivista, pois não busca “neutralidade” e “objetividade”<sup>7</sup>. Assim, “a observação relacional, no entanto, não pensa, ingenuamente, que o observador não interfere no comportamento dos outros. Sem dúvida, a interferência intencional deve ser evitada, mas a inintencional é inevitável, pois basta a sua presença para já ser uma interferência” (VIANA, 2015, p. 125). Sem dúvida, a interferência pode, em determinadas casos, ser estabelecida sem problemas. Este é o caso quando o pesquisador é parte do fenômeno observado, ou seja, é integrante da comunidade, grupo, organização, etc. ou possui adesão a alguma posição no seu interior. Isso não é problemático por fazer parte do fenômeno pesquisado, não alterando sua existência ou dinâmica.

A interferência é um problema quando pode desvirtuar as relações sociais estabelecidas, criando um diferencial que não existiria com a observação. E isso pode ocorrer em vários casos. Por exemplo, um pesquisador que investiga uma escola e sua observação inibe os estudantes e alguns irão mudar seu comportamento por não querer que suas práticas sejam identificadas ou então em uma empresa, na qual os burocratas vão buscar direcionar os funcionários para as respostas que a empresa, bem como esconder informações. Essa é uma interferência inintencional e é problemática, pois o comportamento alterado gera informações alteradas, mas o observador deve perceber isso para que no momento da análise saiba como proceder, bem como, antes disso, conseguir outras fontes de informações. O que o observador deve evitar é, caso não seja parte do fenômeno pesquisado, não provocar (via conversa, comportamento, etc.) uma alteração nas ações e discursos dos observados.

O terceiro momento, vai além da observação em si, pois após sua efetivação, é necessário o seu registro. Isso pode ocorrer diariamente ou em qualquer outro período de tempo, dependendo das frequências das observações<sup>8</sup>. O pesquisador deve anotar os acontecimentos mais significativos (VIANA, 2015), o que é importante para evitar esquecimento e contribuir com uma percepção mais totalizante. O registro deve ocorrer num *caderno de notas*. O caderno de notas serve para registrar os acontecimentos mais significativos e possibilita a consolidação de um novo material informativo a respeito do fenômeno pesquisado.

---

7 Esse é o caso, por exemplo, da chamada “observação naturalista”: “a característica marcante da compilação de dados por observação naturalista consiste em que o investigador deve unicamente observar e não interferir no comportamento em curso” (EDWARDS, 1983, p. 18). Veja também: Grisez, 1978.

8 Aqui é preciso entender que a observação relacional pode ocorrer em apenas um dia e momento, mas também pode ocorrer durante um longo tempo (muitos dias, num espaço de um ano, por exemplo, dependendo da pesquisa, objetivos, observador, etc.), e sua periodicidade pode ser diária, semanal, mensal, etc. A observação relacional é o conjunto das observações parcelares que são realizadas durante a pesquisa.

O quarto e último momento é a *síntese observacional*. No fundo, as anotações no caderno de notas fornecem todo o material informativo necessário e a síntese apenas aponta elementos mais gerais e totalizantes que, posteriormente, facilitam a análise, tendo aspectos que podem ser incorporados e outros descartados. Esse quarto momento pode ou não ser efetivado, dependendo da decisão do observador.

Porém, esses momentos podem assumir diferenças em casos específicos, bem como em distintas formas de observação relacional. Nesse sentido, é útil realizar algumas distinções. Já fizemos a distinção anterior entre observação relacional espontânea e a planejada, mas existem outras distinções que devem ser apresentadas. A observação relacional pode ser *intensiva* ou *extensiva*. Ela é intensiva quando reduz o seu alcance, ou seja, quando o seu fenômeno é restrito, como uma associação de bairros. Ela é extensiva quando o fenômeno é mais amplo, como um bairro inteiro (o que inclui a referida associação). Ou então pode ser considerada intensiva quando se limita a um partido político específico, e extensiva quando se trata de um conjunto de partidos políticos ou sua totalidade em determinado país ou no mundo.

Ela também pode ser internalista ou externalista. Ela é internalista quando o observador está envolvido com o fenômeno pesquisado e é externalista quando ele é externo ao mesmo. O morador de um bairro específico realiza observação internalista, pois ele tem um conjunto de informações preliminares, determinado saber, bem como valores e relações estabelecidas com moradores, que geram uma pesquisa marcada pelo engajamento (ou não, em alguns casos, dependendo da posição do indivíduo no seu local de moradia) em ações e reivindicações, quando estas estão relacionadas com a investigação. Ela é externalista, se o pesquisador não for morador do referido bairro. Mas isso pode ocorrer de forma distinta, pois um observador que quer analisar a doutrina liberal em determinado lugar (partido, comunidade, instituição, etc.) e é liberal, então a observação seria internalista (apesar de ser difícil um liberal usar tal técnica de pesquisa) e se for marxista, então seria externalista. E o mesmo ocorre em casos contrários. Nesse caso específico, a observação relacional internalista é geralmente precedida por sua forma espontânea para depois assumir a forma planejada e, em alguns casos, é apenas espontânea, pois o vínculo do pesquisador com o fenômeno pesquisado permite isso.

Porém, a distinção mais importante se a observação relacional ocorre no contexto de uma *pesquisa experimental* ou numa *pesquisa teórica*. Até aqui priorizamos o uso da observação relacional na pesquisa experimental, também denominada “pesquisa empírica” (ou, ainda, “pesquisa de campo”). O que distingue a pesquisa experimental e a pesquisa teórica é a forma de problematização que cada uma efetiva. A primeira trabalha com uma problematização experimental e a segunda trabalha com a problematização teórica. A problematização experimental visa descobrir algo que é acessível via experiência (ou experimentação, que é uma de suas formas) e por isso é algo mais delimitado, tanto no sentido espacial, temporal e até conceitual. Assim, se busca descobrir quais representações cotidianas os estudantes de medicina têm sobre

o SUS (Sistema Único de Saúde), é uma pesquisa experimental. Se eu problematizo o que é a doença, então trata-se de uma pesquisa teórica. Se eu busco entender os reais objetivos do Partido Verde realizo uma problematização experimental, mas se eu busco entender o que são os partidos políticos, realizo uma problematização teórica. Em síntese, na problematização experimental se busca descobrir aspectos mais restritos da realidade e que geram explicações de alto grau de concreticidade, como, por exemplo, as representações cotidianas dos estudantes de medicina sobre o SUS, enquanto que na problematização teórica se busca descobrir aspectos mais amplos da realidade e que geram explicações de alto grau de abstração, como, por exemplo, o que são os partidos políticos.

Dito isto, fica claro que a observação relacional possui um vínculo mais forte com a pesquisa experimental. No entanto, a observação relacional tem uma utilidade também na pesquisa teórica. Se eu quero analisar os objetivos do Partido Verde, então posso usar a observação relacional para realizar tal pesquisa. Isso seria feito frequentando a sede do partido, suas reuniões (abertas), suas ações (no parlamento, por exemplo), entre outras possibilidades. Claro que tal pesquisa teria que também usar a investigação documental e talvez outras técnicas (entrevistas, por exemplo). Porém, se eu quero é descobrir o que são os partidos políticos, o procedimento é bem distinto. Não posso descobrir o que são os partidos políticos a partir do acesso à apenas um partido político. Os partidos são diferentes e, assim, o pesquisador teria uma percepção equivocada, realizando uma generalização indevida. E isso é ainda mais provável se for um partido com muitas especificidades que o distingue dos outros. Sem dúvida, em alguns casos, dependendo do pesquisador, é possível extrair de um partido (de um único caso) apenas o que é essencial<sup>9</sup> e, assim, compreender os partidos em geral. Porém, a concepção dialética não é empiricista e nem “indutiva”. Isso seria um caso raro.

Então qual é a relação entre observação relacional e pesquisa teórica? Na pesquisa teórica, assim como na pesquisa experimental, se utiliza informações. As informações que são demandadas pela pesquisa teórica são mais amplas e gerais. Se quero descobrir o que são os partidos políticos, então devo ter acesso a informações sobre eles. No entanto, trata-se de informações de fonte secundária, na maioria dos casos. E aqui temos mais uma diferença entre pesquisa experimental e pesquisa teórica, pois a primeira trabalha, prioritariamente, com fontes primárias e a segunda com fontes secundárias. Para analisar o que são os partidos políticos, o pesquisador deve ler as obras existentes que já apresentam o que eles são. Porém, cabe ao pesquisador, nesse caso, mostrar as deficiências destas concepções para justificar uma nova. Nesse processo, ele estará utilizando as informações trabalhadas pelos

---

9 Isso é mais provável no caso de alguns pesquisadores, que são aqueles que possuem uma ampla e sólida formação teórica e metodológica para conseguir distinguir o essencial do inessencial. Isso, no entanto, não anula os riscos de equívocos. Não custa recordar, para entender o real significado dessa discussão, que, numa concepção dialética, o essencial é, simultaneamente, universal (VIANA, 2007a).

outros pesquisadores para compor sua própria concepção, além das interpretações que eles apresentam. A pesquisa teórica pressupõe tratamento crítico, tanto das informações, quanto das interpretações. As informações são confiáveis? São verdadeiras? São incompletas ou completas? Entre outras questões que devem ser realizadas no processo de pesquisa em relação a cada obra e autor consultado. No que se refere às interpretações, é preciso um trabalho no sentido de saber sua base teórico-metodológica, entre outros aspectos, bem como sua relação com as informações em si. Assim, se um pesquisador lê Robert Michels e sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, verá inúmeras informações, que são fontes secundárias. Se lê Duverger (1982) e outros autores, então terá uma quantidade muito maior de informações de fontes secundárias. Um conjunto de informações sobre os partidos, seus líderes e discursos, entre diversas outras. Se ele quer elaborar uma teoria dos partidos políticos, essa é leitura fundamental e a análise crítica das informações e interpretações é elemento basilar.

Porém, a pesquisa teórica trabalha prioritariamente, mas não unicamente, com fontes secundárias. Em certos casos pode ser apenas fontes secundárias, enquanto que em outros pode lançar mão também de fontes primárias. E é aqui que a observação relacional assume importância na pesquisa teórica. Se eu quero realizar uma análise sobre escolas, por exemplo, eu tenho além de uma ampla gama de informações de fontes secundárias, a possibilidade de uso de fontes primárias. E quais são estas fontes primárias? Isso depende do pesquisador. Nada o impede, por exemplo, de fazer entrevistas, questionários, investigação documental, etc. Porém, isso é raro e desnecessário na maioria dos casos. O uso da observação relacional é mais comum e mais adequado.

Nesses casos, trata-se, geralmente, de observação relacional espontânea e extensiva, bem como pode ser também internalista. Ela geralmente é espontânea, pois, como se trata de pesquisa teórica, a planejada é mais rara. Se ela é internalista, então tende a ser espontânea. Por exemplo, um indivíduo passa por várias instituições de ensino em sua vida. Nesse contexto, ele realizou observação ordinária. A partir de certo momento ele adquire base teórico-metodológica e assim passa a realizar observação relacional espontânea. Essa é internalista e espontânea e permite ao pesquisador ter mais elementos para questionar as fontes secundárias e as interpretações. Ela também pode ser extensiva, pois como se trata de um fenômeno específico, no caso de nossa ilustração, os partidos políticos, assume um alcance maior. Nesse mesmo caso, o pesquisador pode utilizar observação relacional espontânea internalista no(s) partido(s) que passou e externalista nos que não fez parte, como, por exemplo, nos embates nos movimentos sociais, no processo eleitoral, nas alianças, manifestações, etc.

Em síntese, a observação relacional é um elemento auxiliar da pesquisa teórica. Na pesquisa experimental, se torna elemento fundamental. Numa pesquisa experimental sobre as práticas esportivas dos professores de educação física na

Universidade X, a observação relacional é um elemento fundamental. Numa pesquisa teórica sobre educação física ou sobre as universidades, ela é um elemento auxiliar.

Um aspecto importante que não podemos deixar de fora é a relação entre a observação relacional e as demais técnicas de pesquisa. A observação relacional, em certas pesquisas, pode ser uma técnica auxiliar, tal como na pesquisa em representações cotidianas (VIANA, 2015), pois nesse caso o objetivo é analisar o que as pessoas pensam e a observação não capta isso facilmente. Desta forma, em várias situações a observação relacional é uma técnica auxiliar. Porém, em muitos casos, ela é a única técnica. Isso depende de vários aspectos: fenômeno a ser pesquisado, problema, objetivos, etc. Desta forma, a observação relacional pode ser técnica única, técnica principal ou técnica auxiliar, como todas as demais técnicas de pesquisa. Esse esclarecimento é útil para pensarmos o uso de técnicas auxiliares no caso da observação relacional ser a técnica principal. Sem dúvida, o uso de técnicas auxiliares pressupõe afinidade teórico-metodológica e, por isso, a entrevista interpretativa, por exemplo, pode ser uma técnica auxiliar da observação relacional, bem como a investigação documental (VIANA, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o nosso objetivo foi o de apresentar uma reflexão sobre a observação relacional e destacar alguns de seus elementos e relações com a pesquisa e outros processos investigativos. Consideramos que atingimos tal objetivo e que a presente reflexão abre espaço para novas reflexões e análise sobre a observação relacional e outras formas de observação e técnica de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1982.

EDWARDS, D. *Manual de Psicologia Geral*. São Paulo: Cultrix, 1983.

GRISEZ, J. *Métodos da psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. 3ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

MARQUES, Edmilson (org.). *Representações Cotidianas: Teoria e Pesquisa*. Curitiba: CRV, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel*. Notas Aclaratorias de Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Nuevas, 1968.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1981.

PERETZ, Henri. *Métodos em Sociologia: A Observação*. Lisboa: Temas & Debates, 2000.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.

VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia, Alternativa, 2007b.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Artesanato 308, 309, 310, 311, 312, 317, 318, 319

Avicena 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

### B

Bem-estar 170, 171, 172, 176, 178, 182, 183, 222, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Big data 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

### C

Coleta de dados 33, 129, 146, 148, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Competitiveness 190

Conflitos emocionais 33, 36, 37, 43

### D

Desenvolvimento sustentável 242, 243, 244

Design 57, 58, 59, 62, 241, 290, 291, 292, 298, 305, 306, 318

Didática 13, 14, 16, 19, 129, 203

Direito e Arte 230

Disposições sociais 157, 162, 163

### E

Educação do campo 261, 267, 268, 273

Ensino de ciências 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 155, 272, 273

Ensino técnico integrado 82, 94

Entrevista 4, 12, 37, 65, 71, 72, 73, 78, 86, 87, 102, 113, 197, 208, 226, 246, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Envelhecimento 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169

Ergonomia 57, 58, 59, 62

Estética da recepção 4, 5, 52

Estrutura familiar 72, 73, 79, 117, 121

### F

Famílias homoafetivas 117, 118, 122

Felicidade 181, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307

Filosofia árabe 210

Formação do leitor 45, 46, 47, 55

Fracasso escolar 66, 67, 69, 72, 80, 86, 93, 94, 95, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 262

### G

Gêneros digitais 96, 98, 99, 101, 103, 104

Geometria espacial 146, 147, 154, 155



## H

Hanseníase 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

História de vida 249, 250, 257, 258, 259, 260, 285, 286

## L

Letramento 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Letramento digital 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

## M

Momentos pedagógicos 146, 148, 154

Motivação 54, 73, 78, 79, 89, 92, 109, 127, 177, 178, 265, 270

Música 7, 10, 18, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 124, 254, 255

## O

Observação relacional 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

## P

Plano de Conteúdo (PC) 133

Plano de Expressão (PE) 133

## R

Rejeição 221

Rendimento escolar 76, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115

## S

Superação 66, 84, 127, 128, 129, 131, 178

## T

Técnica inovadora 22, 23

Terapia Assistida por Animais (TAA) 170, 172, 184, 186, 187, 188

Tratamento intensivo 22, 23, 25, 30

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-718-5



9 788572 477185